



Publicado no D. O. E. n.º 77.807

de 22/09/94, 1 pg. 10

do 4º caderno

ESTADO DO PARÁ

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 3.714

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 72, DO REGIMENTO INTERNO,

CONSIDERANDO QUE OS ARTIGOS 73, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO, E 30, II, A, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 25, OBRIGAM OS PREFEITOS MUNICIPAIS A APRESENTAR BALANCETES TRIMESTRAIS DE SUAS CONTAS, NO PRAZO DE TRINTA (30) DIAS APÓS O ENCERRAMENTO DO RESPECTIVO TRIMESTRE,

CONSIDERANDO QUE A NÃO APRESENTAÇÃO DO BALANCETE NO PRAZO LEGAL, ALÉM DE OBRIGAR ESTE TRIBUNAL A TOMAR AS PROVIDÊNCIAS DO ARTIGO 71, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO, INCLUSIVE COM REPRESENTAÇÃO AO GOVERNADOR, NOS TERMOS DO ART. 85, I, DA REFERIDA CARTA, PERMITE SEJA INSTAURADA TOMADA DE CONTAS, CONFORME DISPÕE O ART. 10, DA RESOLUÇÃO Nº 3.679, DO EGRÉGIO PLENÁRIO DESTA CORTE,

CONSIDERANDO QUE O ATUAL PREFEITO DO MUNICÍPIO DE AUGUSTO CORRÊA ATÉ A PRESENTE DATA NÃO ENVIOU A ESTE TRIBUNAL O BALANCETE REFERENTE AO PRIMEIRO TRIMESTRE DO PRESENTE EXERCÍCIO FINANCEIRO, CUJO PRAZO ENCERROU-SE HÁ CENTO E VINTE (120) DIAS, NEM ATENDEU ÀS COBRANÇAS FEITAS, INCLUSIVE, PELO EDITAL Nº 065/94, DE 07 DE JULHO DO CORRENTE ANO, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, EDIÇÕES DE 08, 13 E 18 DO REFERIDO MÊS,

CONSIDERANDO QUE ATÉ A PRESENTE DATA TAMBÉM NÃO ENVIOU O BALANCETE REFERENTE AO SEGUNDO TRIMESTRE DO PRESENTE EXERCÍCIO FINANCEIRO, CUJO PRAZO ENCERROU-SE HÁ TRINTA (30) DIAS,

-CONT-



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

-02-

RESOLUÇÃO Nº 3.714

CONSIDERANDO PROPOSIÇÃO APRESENTADA PELO CONSELHEIRO
PRESIDENTE NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NESTA DATA,

R E S O L V E PROMULGAR A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

I - DETERMINAR A INSTAURAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS NA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO CORRÊA, REFERENTE AOS PRIMEIRO E
SEGUNDO TRIMESTRES DO PRESENTE EXERCÍCIO FINANCEIRO;

II - AUTORIZAR A PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL A DESIGNAR
COMISSÃO PARA A REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS, NOS TERMOS DO QUE DIS-
PÕEM OS ARTIGOS 139 E 140 DO REGIMENTO INTERNO.

SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍ-
PIOS DO ESTADO DO PARÁ, EM 01 DE SETEMBRO DE 1994.


CONSELHEIRO TRIVALDY ROCHA
PRESIDENTE

AC/Lvc